



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

Justiça do Trabalho - 2ª Região

XXXI CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

2ª PROVA – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

04/MARÇO/2006

123

1. Competência
a) Atual competência material da Justiça do Trabalho frente às relações de trabalho e de consumo.
b) Ampliação, confirmação e limitação da competência da Justiça do Trabalho. Analisar e exemplificar hipóteses.
c) Contrato de empréstimo entre empregado e empregador. Onde será dirimido?
2. Correio eletrônico.
a) Equipara-se à correspondência protegida pelo sigilo constitucional?
c) Monitoramento e uso indevido do e-mail corporativo. Efeitos que pode gerar no contrato de trabalho.
d) Frente ao direito ou direitos lesados, quais são os prazos prescricionais?
3. Princípio da primazia da realidade e as regras dos arts. 3º, 9º e 442, parágrafo único, todos da CLT.
a) Discorra.
b) Responsabilidade do tomador dos serviços quando configurada a fraude, e se não configurada? Aplicabilidade da Súmula 331 do C. TST nessas hipóteses.
4. Trabalho escravo ou assemelhado e trabalho voluntário.
a) Semelhanças e diferenças.
b) O que é determinante para conceitua-los?
c) Desconfiguram-se diante do pagamento de despesas?
5. Ônus da prova. Princípio da Imparcialidade. Busca da verdade real.
a) Conceitue e dê os limites.
b) Depoimentos. Confissão ficta e real.
c) Campo de atuação do magistrado na busca da verdade real.
6. Execução. Bens públicos.
a) Os das fundações se incluem nesse rol? Fundamente.
b) Precatório não cumprido. Como satisfazer o credor?
c) Podem os bens públicos de órgão da Administração Indireta ser objeto de garantia real?
d) Pagamento de parcelas alimentícias, privilegiadas, submetem-se a precatório?
7. O ajuizamento de ação trabalhista interrompe ambos os prazos prescricionais? Fundamente.
8. Art. 940 do Código Civil.
a) A aplicabilidade da pena pressupõe dolo? Fundamente.
b) Confunde-se com as penalidades do art. 17 e 18 do CPC?
c) As disposições desse dispositivo legal são aplicáveis ao Processo do Trabalho? Por que?
d) Como reivindicar o pagamento em dobro daquele que demanda dívida já paga?
9. Vigência da lei.
a) Aplicação a trâmites processuais já iniciados sob a égide da lei anterior revogada e ainda não concluídas quando da vigência da nova lei.
b) Norma infraconstitucional produzida sob a égide da anterior Constituição, compatível com a nova ordem constitucional, é considerada válida? Por que?
c) Competência vertical se altera diante da modificação da competência material? E quanto aos casos de sentença já proferida em primeiro grau com recurso nos autos? Analise inclusive em face dos pressupostos de admissibilidade recursal.
10. Atos administrativos.
a) Princípios que o informam. Cite e discorra.
b) Fere tais princípios a decisão em Processo do Trabalho, onde apesar de comprovado o vínculo empregatício, diante de defesa que arguiu nulidade por ausência de concurso público (art. 37, II, CF), aplica a Súmula 363 do C. TST?
c) Quem responde pelo ilícito em nome do Estado? Cabe ação de regresso?

- Cada pergunta terá peso um (1);
- Não há necessidade de transcrever a pergunta na folha de resposta;
- Enumere as respostas de acordo com as questões e suas alíneas. Não é necessário seguir a ordem das questões;
- Não rubrique, não assine a prova. Não use corretivos;
- Use somente caneta esferográfica azul ou preta. Não use caneta hidrográfica (ponta-porosa);
- A prova terá duração de quatro (4) horas. Sugere-se o máximo de quarenta (40) linhas para cada resposta.

BANCA EXAMINADORA

Juíza Rosa Maria Zuccaro - Presidente

Juíza Sônia Aparecida Gindro

Advogado Luís Otávio Camargo Pinto - OAB